

A PROPOSTA EDUCATIVA DA MODERNIDADE: uma tarefa inconclusa

THE EDUCATIONAL PROPOSAL OF MODERNITY: an unfinished task

Rosa de Lourdes Aguilar Verástegui¹

RESUMO: O presente artigo trata sobre a proposta educativa da modernidade, levando em conta as críticas que os filósofos pós-modernos fazem à racionalidade, que influenciou a formação humana e culminou com o holocausto da Segunda Guerra. Consideramos, as críticas de Adorno à razão instrumental que não só teve influência epistemológica, senão também ética. Finalizamos com algumas propostas e tentativas para alcançar a ética na formação humana. A metodologia utilizada será a bibliográfica e está caracterizada por uma reflexão acerca das propostas e desafios contemporâneos.

Palavras-chave – Filosofia da educação; Modernidade e Pós-modernidade; Formação ética; Escolas cívico-militares.

ABSTRACT: This article deals with the educational proposal of modernity, taking into account the criticisms that postmodern philosophers make to rationality, which influenced human formation and culminated in the holocaust of the Second World War. We consider Adorno's criticisms of instrumental reason that not only had an epistemological influence, but also an ethical one. We end with some proposals and attempts to achieve ethics in human education. The methodology used will be bibliographic and is characterized by a reflection on contemporary proposals and challenges.

Keywords – Philosophy of education; Modernity and Postmodernity; Ethical training; Civic-military schools;

INTRODUÇÃO

Na mesma medida em que a pós-modernidade representa a postura crítica e cética em relação ao projeto da Modernidade, advertiremos quais foram as propostas da educação iluminista e em que falharam, consideramos este exercício importante para tentar refletir e não repetir os erros. Neste sentido, autores como Adorno (1995-1996), Lyotard (2009) e Rorty (2007), entre outros, criticam a tradição racionalista ocidental encarnada na razão moderna como a grande responsável dos terríveis eventos que assolaram a humanidade. Isto nos mostra que, a proposta de formação humana da modernidade fracassou. A Modernidade

¹Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2006), Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e Graduação em Filosofia - Universidad Nacional Mayor de San Marcos (1990). Professor adjunto da Universidade Estadual de Londrina. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética, atuando principalmente nos seguintes temas: educação crítica e democrática, educação em direitos humanos, educação gênero e violência. Líder do GP Filosofia, educação e condição humana. E-mail: rosaguilar@uel.br

guiada pela razão provocou um impacto epistemológico e ético que afeta diretamente à educação. As críticas atingem à razão que sem escrúpulos alia-se ao poder e serve para atingir determinados fins, convertendo-se em uma razão técnica-instrumental (ADORNO, 1996).

O prometido progresso do Iluminismo, se só se observa o desenvolvimento científico e tecnológico sem considerar o contexto, pode parecer que alcançou o desenvolvimento. Mas, se o progresso refere-se a uma condição a ser atingida a partir da educação, então o século XX nos mostrou que estamos longe de um progresso social. E a tão desejada felicidade proposta por Aristóteles, a qual é identificada como "o bem viver e o bem agir" (ARISTÓTELES, 1991, p.8) não foi alcançada, como mostra o cenário contemporâneo de guerras, destruição ambiental e indiferença diante do sofrimento alheio. A educação, como aponta Adorno, deve desbrabarizar, mas ela não cumpriu seus objetivos e "Auschwitz nada mais é do que a racionalização instrumental centralizada pelos meios bárbaros despertados por ela mesma" (ADORNO, 1995, p.27). Para poder retificar e evitar repetir os erros, devemos fazer um estudo constantemente que nos permita avaliar nossas ações e objetivos. A educação implica autorreflexão com postura crítica, que deve ser ensinada desde a infância, para tentar prever a barbárie. E assim manifesta Adorno:

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disto, ao Esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes. (1995, p. 123).

A barbárie de Auschwitz nos deve fazer observar até onde é capaz de chegar o ser humano em crueldade, e nossa tarefa é tentar evitar que volte a acontecer. Nesse sentido, é necessário analisar os erros e pensar como se iniciaram, para tentar educar sem repetir-los. Quando nos referimos ao projeto da modernidade, observamos algumas características de ordem política, ética e científica que o caracterizam. Para poder ter uma visão geral da proposta, tentaremos levantar alguns tópicos e categorias trabalhados por Kant, que influenciam o Iluminismo. Ainda que este pensador não seja o único que ajudou a forjar o Iluminismo, optamos por ele e fizemos um recorte para ter um ponto de partida na pesquisa.

O Iluminismo considera à física o ideal de pensamento e em lugar de seguir o Discurso do método cartesiano, segue a física newtoniana. Segundo Cassirer, "não existe um

século que tenha sido tão profundamente penetrado e empolgado pela ideia de progresso intelectual quando o Século das Luzes” (CASSIRER, 1992, p.22) e a força centralizadora que movimenta esse século é denominada de “razão”. E a potência da razão radica em orientar nosso conhecimento no domínio empírico, a razão já não assegura nossa participação do divino como pensava Descartes, Malebranche, Spinoza e Leibniz (CASSIRER, 1992, 1993). No século XVIII, a razão guiada por nossa curiosidade adota um poder que nos leva descobrir a verdade, e assim satisfazer nossa insaciável sede de conhecimento. Esse século venerou a razão e a ciência, como a maior força do ser humano. O que propomos não é negar os benefícios e conquistas que a ciência trouxe para a humanidade, mas acreditamos que devemos recuperar o rumo que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade propuseram, para que continuem sendo conquistados.

ILUMINISMO, LIBERDADE, CONHECIMENTO E ESCLARECIMENTO

A partir do Iluminismo existe uma estreita relação entre os problemas da natureza e os problemas do conhecimento, porque cada vez que pensamos e queremos conhecer a natureza, imediatamente voltamos nosso pensamento para nós mesmos e podemos conseguir o autoconhecimento. A natureza e o conhecimento humano mantem uma relação recíproca, harmoniosa e inquebrável. O ser humano se encontra na natureza e a natureza projeta-se no ser humano, o que significa que conhecer a natureza é um autoconhecimento (CASSIRER, 1992). Segundo Boaventura de Sousa Santos (2008), a diferença entre sujeito-objeto se transformou em uma identificação, porque o sujeito interfere com seus valores e crenças e converte o objeto. Sendo assim, o objeto é a continuação do sujeito. No paradigma emergente, a ciência tem um caráter autobiográfico e auto-referenciável, de tal maneira que ela se torna um autoconhecimento.

A filosofia Iluminista além de pretender o conhecimento, procurava a liberdade manifestando uma crítica aos costumes e a autoridade, esta última posição nos permite refletir como foi vista a situação da formação humana. Assim, observamos que os conceitos de emancipação moral ou autonomia, progresso e organização social da humanidade, método, razão, conhecimento científico, senso comum, realidade, progresso, disciplina, certeza, entre outros, estão próximos do discurso iluminista e eles repercutem diretamente com a educação. Não pretendemos definir estes conceitos, só fazer uma reflexão

epistemológica para poder entender o projeto educativo da modernidade. Assim, ressaltamos que para Kant:

Esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. Sapere aude! Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento. (KANT, 2008, p. 01).

O Esclarecimento é necessário e possível, e Kant acredita que esta tarefa é considerada por vezes perigosa e “portanto difícil para todo homem, tomado individualmente livrar-se dessa minoridade que se tornou uma espécie de segunda natureza”(KANT, 2008, p. 02). Chama a atenção a dificuldade, apontada pelo filósofo, quando o homem quer individualmente sair da minoridade. Segundo Kant, o Esclarecimento exige o uso da liberdade, mas em toda parte a liberdade está limitada. E seguindo a necessidade de ser livre, a razão deve também ser livre. Sobre a relação entre razão e liberdade, Kant assinala que existem dos usos da razão: o público e o privado. E assim manifesta Kant:

[...] o uso público de nossa razão deve a todo momento ser livre, e somente ele pode difundir o Esclarecimento entre os homens; o uso privado da razão, por sua vez, deve com bastante frequência ser estreitamente limitado, sem que isso constitua um entrave particular o progresso do Esclarecimento (KANT, 2008, p. 3).

Do uso público da razão que é livre a todo momento, se espera o Esclarecimento. Mas, existe um uso privado da razão, que é limitado, sem que isto seja um obstáculo para o Esclarecimento (KANT, 2008). Observamos que os usos da razão são diferentes moralmente. O Esclarecimento criticava toda forma de tutela que dificulte o uso da própria razão, de tal maneira que, o uso público da razão deveria “ter as características que atribui à razão sábia: capaz de crítica e autocrítica, apta a devassar em suas verdadeiras estruturas as leis e instituições” (ROUANET, 1987, p. 31). Este uso da razão cumpre os requisitos de aproximarmos à maioria, e o fazemos enquanto “sábios” preocupados pelo conjunto do

público ao qual meus atos atingem. Podemos entender isto, quando a razão de maneira livre e crítica reflete e atinge a autonomia, sem que ninguém a obrigue ou solicite.

Já no exercício privado da razão, acontecem condições contrárias ao uso público, porque sucede quando somos autorizados a exercer a razão a partir de condições sociais, laborais e situações provisórias não naturais. A razão preocupada pelo âmbito privado está submetida a um poder externo, ela é heterônoma², segue o cumprimento da lei, das ordens ou das convenções (KANT, 2008). Para Kant (2008), o exercício da razão na liberdade privada é limitado, porque atua sobre ordens e controle. De tal maneira que, se o ser humano só exerce a liberdade privada ele converte-se em autômato e, o ser humano não pode ser tratado simplesmente como uma máquina programada e controlada por outros, que cumpre sua função, sem levar em conta sua dignidade (KANT, 2008). Por essa razão, todos temos a obrigação de sair da minoridade, e atingir o Esclarecimento, que nos permite raciocinar e atuar de acordo a nossos próprios julgamentos racionais e livres, exercendo a liberdade pública.

Na sociedade existem determinadas funções que exigem o uso de um mecanismo padrão para atuar e cumprir determinadas funções que o bom convívio exige. Neste caso, pelo benefício e bom funcionamento da sociedade, os indivíduos devem seguir um padrão de conduta, caso contrário serão punidos. Mas, esta condição não impede que as pessoas tenham senso crítico e exercitem sua liberdade pública, e possam refletir sobretudo, inclusive sobre o que se tem por virtude. A situação de minoridade tem como responsável, em muitos casos, a religião, partidos políticos, e grupos de poder que influenciam a conduta de seus integrantes provocando atos reprováveis. Daí, a importância da educação que permitirá o controle da liberdade. Segundo Kant (2008), conquistar a liberdade é importante, sobretudo através da razão pública, que permite o exercício responsável do senso moral, podendo dar lugar à autonomia. Enquanto a razão privada, por estar sob o cumprimento da lei e da norma, admite o exercício de uma moral heterônoma. E nada garante que a norma ou o cumprimento do dever burocrático ou laboral seja o pretexto para aliviar a responsabilidade sobre seus atos, como explica Hannah Arendt (1987) quando comenta a banalização do mal:

² A heteronomia é um conceito Kantiano que indica a submissão do indivíduo à vontade de outro ou da coletividade. Este conceito está relacionado ao *Estado de Direito*, em que o indivíduo está submetido à vontade da lei.

Posso também imaginar muito bem que uma controvérsia autêntica poderia ter surgido do subtítulo do livro; pois quando falo da banalidade do mal, falo num nível estritamente factual, apontando um fenômeno que nos encarou de frente no julgamento. Eichmann não era nenhum Iago, nenhum Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de “se provar um vilão”. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo (ARENDDT, 1987, p.172).

Hannah Arendt (1987) argumenta que Eichmann não era nenhum gênio do mal, senão que ele mostrava ser um indivíduo comum que realizou atrocidades, porque obedecia comandos de seus superiores, que acreditava estar cumprindo seu trabalho ou, utilizando o argumento Kantiano, exercitando o uso privado da razão. Eichmann argumentava que só cumpria ordens, de tal maneira que:

Se isso significava nada mais que prestar obediência cega às ordens do Führer, todos eles haviam sido pequenos dentes da engrenagem — até mesmo Himmler, que, conforme revela seu massagista, Felix Kernsten, não recebeu a Solução Final com grande entusiasmo (ARENDDT, 1987, p.39).

A filósofa alemã considerava as ações de Eichmann como um produto de toda uma maquinação do regime nazista. O grande problema da primazia do uso privado da razão é que pode levar a orientar nossa vida de forma puramente heterônoma, sem autocrítica nem senso crítico. Esta condição é devastadora porque pode criar seres mercenários, capazes de seguir com a maior destreza as regras e os comandos de uma sociedade totalitária ou criminosa. Esse sistema criou seres oportunistas, que se beneficiaram de sua posição num sistema corrupto e bárbaro como o nazista.

O USO PRIVADO E O PÚBLICO DA RAZÃO: entre a disciplina e a ética

Arendt observa que a burocratização da vida seguindo regras impostas, as quais nos podem mediocritizar ou converter em seres comuns capazes das maiores atrocidades, escudados por uma heteronomia perversa, ou em uso privado da razão. Eichmann encontrou um lugar no regime nazista e deixou-se dominar pelo uso privado da razão, obviamente

visando poder, interesses pessoais e benefícios que o fariam um funcionário eficiente dentro de um regime cruel. Os regimens totalitários subsistem pela presença de seguidores e funcionários capazes de apoiar, defender e cumprir as ordem envolvendo as maiores atrocidades sem titubear. A razão privada pode levar ao ser humano a atuar de maneira egoísta e cruel, sempre tendo por escudo protetor a norma, que ele cautelosamente não critica nem questiona. Por isso Eichmann se declarou inocente, de tal maneira que:

[...] o acusado se desculpa com base no fato de ter agido não como homem, mas como mero funcionário cujas funções podiam ter sido facilmente realizadas por outrem, isso equivale a um criminoso que apontasse para as estatísticas do crime — que determinou que tantos crimes por dia fossem cometidos em tal e tal lugar — e declarasse que só fez o que era estatisticamente esperado, que foi um mero acidente ele ter feito o que fez e não outra pessoa, uma vez que, no fim das contas, alguém tinha de fazer aquilo (ARENDDT, 1987, p. 173).

Percebemos que nossa sociedade cria normas de conduta, para poder viver nela e sermos bem aceitos. Mas, se nossa intenção é unicamente darmos bem na sociedade ou instituição à qual pertencemos, basta seguir com rigor as normas e condições estabelecidas, e obteremos proveito pessoal. Entretanto, se somos guiados pelo uso público da razão, podemos ser cidadãos críticos e autocríticos, capazes de questionar, mesmo que isto nos coloque em uma condição de rebeldia e subversivos. Para ser verdadeiramente livre, é condição ser respeitoso com as leis porque beneficiam a todos, mas não ao extremo de segui-las cegamente. E seguindo o uso público da razão, é possível ser crítico com a lei e inclusive com as autoridades, e até com a opinião da maioria, ciente que assumir esta atitude terá consequências sobre aquele que manifesta suas críticas. As consequências que se pagam, as vezes, pela autonomia, precisam de coragem, porque a sociedade levada pela inércia e benefícios conseguidos através de um servil uso privado da razão irá reagir de forma agressiva.

Ficar em posição do uso privado da razão, como Eichmann, é uma forma cobarde de viver, própria de seres acostumados a proteger-se com o poder, mesmo que saibam que este é corrupto. São aduladores, servis, “obedientes” e nisso radica a banalização do mal, em orientar nossa vida unicamente pelo confortável e compensador uso privado da razão. Este é o grande perigo de uma vida burocrática com regalias institucionais. Kant (2008) nos induz a pensar que mesmo sendo diferentes estes usos da razão, são necessariamente

humanos e devem coexistir. E supostamente, no Esclarecimento a preocupação de cada indivíduo por sua responsabilidade pública o tornaria um ser mais cuidadoso. O uso da razão privada deve estar presente e, devemos ser cientes da estreita significação que esta prática tem, e que somos capazes de desenvolver autonomia e exercer o uso público da razão. Esta última deve ser procurada sempre, porque com a razão pública conseguimos desenvolver nossa liberdade e nossa condição humana dignamente.

A preocupação ética de Kant (2002, 2008) está posta sobre o desenvolvimento da autonomia, manifesta na razão pública, que nos torna responsáveis pela humanidade e, em certa medida, evita que nos transformemos diante de um governo totalitário em “funcionários e meras engrenagens, assim os desumanizando” (ARENDRT, 1987, p. 173). Seguindo os argumentos Kantianos sobre a ética, nos detemos na explicação de como deve ser a educação, Kant (2002) faz uma exposição na *Pedagogia*³, e divide esta atividade em física e prática, de tal maneira que:

A educação física é aquela que o homem tem em comum com os animais, ou seja, os cuidados com a vida corporal. A educação prática ou moral (chama-se prático tudo o que se refere à liberdade) é aquela que diz respeito à construção (cultura) do homem, para que possa viver como um ser livre (KANT, 2002, p.18).

Um dos cuidados que Kant (2002) tomará, em relação à educação, é na formação da personalidade e no controle da liberdade, porque o ideal iluminista é atingir a formação de um indivíduo com autonomia que seja capaz de um bom convívio na sociedade. Sobre o papel da educação encontramos que Kant manifesta:

O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muito ruins de seus educandos. (KANT, 2002, p.4).

³ Os professores da Universidade de Königsberg deviam ministrar o curso de pedagogia aos estudantes. E estas são as lições que Kant ministrou e que seu discípulo F. T. Rink copiou e foram publicadas com aprovação de Kant em 1803

Tanto Kant (2002, 2008) como Rousseau (1995)⁴ consideram que o ser humano se torna ruim porque foi mal orientado, porque as influências perturbaram sua formação. O filósofo prussiano, enfatiza que a falta de disciplina e instrução perturba a educação, chegando a corromper o caráter dos educandos. É tão importante a educação para este pensador que acredita, de maneira otimista, que as gerações futuras precisam ser cada vez mais educadas para que a humanidade possa atingir a almejada felicidade⁵. Esses desejos de Kant tornam-se um desafio para os professores, que têm a tarefa de colaborar para que seus educandos se tornem melhores que seus próprios mestres. Mas além disso, este filósofo ressalta que “A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens” (KANT, 2002, p. 8). A tarefa educativa tem que estar acompanhada de um grande esforço, dado que não temos nenhum instinto para que a natureza atue permitindo a educação de forma natural e espontânea. (KANT, 2002).

A PROPOSTA EDUCATIVA DO ILUMINISMO

Kant (2002) argumenta que a educação não pode ser sempre mecânica, porque se fosse desta maneira ela poderia conter erros ou lacunas que não se aplicam a determinadas situações, que acontecem e escapam a uma mecânica padrão, no desenvolvimento. Pelo contrário, este filósofo destaca a importância do raciocínio na execução da educação:

A arte da educação ou pedagogia deve, portanto, ser raciocinada, se ela deve desenvolver a natureza humana de tal modo que esta possa conseguir o seu destino. [...] É preciso colocar a ciência em lugar do mecanicismo, no que tange à arte da educação; de outro modo, esta não se tornará jamais um esforço coerente (KANT, 2002, p. 9).

Aproximando-nos ao conceito de educação em Kant (2002), encontramos que ele diz que a educação deve executar várias tarefas e cuidados, como: A) a disciplina, isto é

⁴ “Que saiba que o homem é naturalmente bom e julgue o próximo por si mesmo; mas que veja como a sociedade deprava e perverte os homens; que encontre nos preconceitos deles a fonte de todos os seus vícios” (ROUSSEAU, 1995, p.267).

⁵ Rousseau não dá uma definição de felicidade, mas faz reflexões, e no *Emílio* considera que: “Todo homem quer ser feliz; mas para chegar a sê-lo seria preciso começar por saber o que é a felicidade. A felicidade do homem natural é tão simples quanto sua vida; consiste em não sofrer: a saúde, a liberdade, o necessário a constituem. A felicidade do homem moral é outra coisa; mas não é deste que se trata aqui”.

cuidar para que nossos instintos, ou animalidade, não imperem em nossa conduta, impedindo o convívio social. Disciplinar equivale a controlar a fera que existe em nós. B) a cultura, também temos que nós alimentar com a cultura e de esse papel a instrução terá que fornecer as informações e capacidades para poder acompanhar a cultura. C) a prudência, se a educação observar esta qualidade deverá procurar que o homem se comporte de tal maneira que seja cuidadoso com seus semelhantes, para ser querido e respeitado e assim, tornar-se um bom cidadão. A prudência, como a razão privada, segundo Kant, nos permite ter o cuidado necessário no comportamento social, no convívio. Podemos dizer que em este estado o que prima é heteronomia. D) a moralização, porque a educação deve ter o cuidado de formar a ordem moral nos indivíduos, para que eles sejam capazes de tomar decisões justas que afetarão não unicamente a sua sociedade senão também à humanidade. Neste estado o ser humano deve ter atingido a autonomia (KANT, 2002). Para Kant:

O homem precisa de formação escolástica, ou da instrução, para estar habilitado a conseguir todos os seus fins. Essa formação lhe dá um valor em relação a si mesmo, como indivíduo. A formação da prudência, porém, o prepara para tornar-se um cidadão, uma vez que lhe confere um valor público. Desse modo ele aprende tanto a tirar partido da sociedade civil para os seus fins como a conformar-se à sociedade. Finalmente, a formação moral lhe dá um valor que diz respeito à inteira espécie humana (KANT, 2002, p. 18-19).

Kant (2002) tem o cuidado de propor que a educação tenha instrução, porque esta habilita ao homem culturalmente, permitindo que possa viver de acordo à sociedade e atingir seus fins como indivíduo. A educação também deve cuidar da prudência, que lhe permitirá ter o cuidado necessário para conviver com seus concidadãos e ser útil à sociedade. A educação também deve observar a formação ética, porque ela lhe permitirá uma projeção em relação a toda a espécie humana, uma responsabilidade que transcende sua condição civil e se projeta inclusive às futuras gerações. Observamos que Kant (2002) e Rousseau (1995) não estão preocupados por falar de técnicas educativas ou pedagógicas, mas sua preocupação é por refletir sobre as condições necessárias para a formação humana, o cuidado nos conhecimentos e na ética. Kant, como bom iluminista, propõe uma educação moral laica, e assim o manifesta quando observa:

Contudo, na educação privada, o quarto ponto - que é o mais importante - é, de modo geral, descuidado, pois ensinamos às crianças aquilo que julgamos essencial e deixamos a moral para o pregador (KANT, 2002, p. 13).

Ele não está preocupado com a exclusão religiosa, senão na forma tendenciosa que possa adotar a educação moral, dado que a ética deve ir além de uma religião. O filósofo também enfatiza que “uma educação pública completa é aquela que reúne, ao mesmo tempo, a instrução e a formação moral”. Estes dois aspectos não podem separar-se ao educar. Este pensador alemão, à vez que reflete sobre a educação pública completa, ressalta que colégios públicos são “caríssimos e a simples montagem desses colégios acarreta grandes despesas” (KANT, 2002, p. 15). Mas são um investimento necessário, dado que, a formação completa exige uma dedicação e cuidado extremo dos professores, porque educar como observamos não é um trabalho simples, é uma arte complexa que observa as condições particulares de cada estudante, acompanhando sua formação física, intelectual, instrução e formação moral. Além do cuidado e investimento que exige a educação, ainda está a dificuldade de conciliar na formação humana a obediência e a liberdade, duas qualidades aparentemente antagônicas, que requerem um equilíbrio. E a disciplina é implantada porque:

[...] o homem é tão naturalmente inclinado à liberdade que, depois que se acostuma a ela por longo tempo, a ela tudo sacrifica. Ora, esse é o motivo preciso, pelo qual é conveniente recorrer cedo à disciplina; pois, de outro modo, seria muito difícil mudar depois o homem (KANT, 2002, p. 13).

Em Sobre a Pedagogia (2002), Kant manifesta que a educação deve ser dada desde tenra idade. O filósofo compara o comportamento das crianças com os selvagens, que se não são desde muito cedo educados, eles poderão ter os melhores professores ou praticar diversos hábitos, que se eles não são praticados desde cedo ensinando, facilmente serão esquecidos ou abandonados. Kant observa que a educação serve para dominar os instintos, e neste processo humanizador, a razão exerce um papel importante porque graças a ela podemos dominar a animalidade instintiva, porque:

A disciplina transforma a animalidade em humanidade. Um animal é por seu próprio instinto tudo aquilo que pode ser; uma razão exterior a ele tomou por ele antecipadamente todos os cuidados necessários. Mas o homem tem necessidade de sua própria razão. (KANT, 2002, p.2)

Não se deve deixar de educar as crianças e os jovens porque eles devem ser lapidados e aprender a reagir diante das dificuldades e a fazer uso da sua liberdade de maneira adequada. E para isto deve aprender a controlar seus instintos. Assim:

O primeiro período para o educando é aquele em que deve mostrar sujeição e obediência passivamente; no segundo, lhe é permitido usar a sua reflexão e a sua liberdade, desde que submeta uma e outra a certas regras. No primeiro período, o constrangimento é mecânico; no segundo, é moral. (KANT, 2002, p.14-15).

A educação deverá iniciar com uma forma de constrangimento “mecânico” que tem como finalidade ensinar à criança a obedecer, a atuar de acordo com as advertências, a deter-se diante do que não é correto. Nesse momento, a criança terá que observar que o constrangimento que lhe foi imposto está relacionado com uma conduta inadequada. Assim, ela aprenderá a usar sua liberdade com cuidado, para não se sujeitar às represálias, dado que:

Um dos maiores problemas da educação é o poder de conciliar a submissão ao constrangimento das leis com o exercício da liberdade. Na verdade, o constrangimento é necessário! De que modo, porém, cultivar a liberdade? É preciso habituar o educando a suportar que a sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo, dirija corretamente a sua liberdade (KANT, 2002, p.16-17).

Essa primeira fase da repreensão mecânica, é só inicial e transitória, uma vez que atingiu o objetivo que é criar um hábito na criança para usar sua liberdade com cuidado. A primeira fase é de uma obediência mecânica, condicionada pela punição (esta nunca deve apelar à violência física) à qual será submetida a criança. Num segundo momento a criança terá que refletir e conter sua liberdade, neste caso o constrangimento é moral e terá que fazer uso da razão. Esta segunda fase desenvolverá na criança a consciência e responsabilidade por seus atos. A educação deve almejar conseguir essa consciência e autocontrole da criança. O constrangimento moral o ajudará a estar preparado para o convívio com a sociedade, a reflexão sobre seus erros provocará vergonha que lhe permitira observar a consequência de seus atos. A reflexão e a tomada de consciência o auxiliaram para poder enfrentar as pressões e dificuldades e, assim, ser capaz de viver de maneira independente, sabendo lidar com as dificuldades, de forma tolerante, respeitosa e autônoma (KANT, 2002).

O filósofo alemão enfatiza a importância da experiência em relação a educação, criticando aqueles que acreditam que em questão de educação basta fazer julgamentos teóricos e racionais. “Vê-se, pois, que, sendo nesse assunto necessária a experiência, nenhuma geração pode criar um modelo completo de educação” (KANT, 2002, p.14). Sobre a razão podemos dizer que, segundo Kant, ela permite fazer a relação entre um conhecimento geral e um particular. A razão também é a que nos permite ser um ser moral, dado que é pela razão que se pode chegar aos conceitos de dever e lei e, além de controlar os instintos. E sobre a mecânica, Kant observa que “a origem da arte da educação, assim como o seu progresso, é: ou mecânica, ordenada sem plano conforme as circunstâncias, ou raciocinada. A arte da educação não é mecânica senão em certas oportunidades” (KANT, 2002, p.21). Nenhuma arte pode ser puramente mecânica e ela pode ser útil mas, a razão deve prevalecer orientando, dado que “É preciso colocar a ciência em lugar do mecanicismo, no que tange à arte da educação; de outro modo, esta não se tornará jamais um esforço coerente; e uma geração” (KANT, 2002, p. 9). Observamos a preocupação de Kant pelo conhecimento, que deve beneficiar a humanidade, quando afirma que:

A educação e a instrução não devem ser puramente mecânicas, mas devem apoiar-se em princípios. Entretanto, não devem fundamentar-se no raciocínio puro, mas, num certo sentido, também no mecanicismo (KANT, 2002, p. 13).

A fase mecânica no início da educação deverá evoluir, assim:

Portanto a educação consiste: 1. na cultura escolástica, ou mecânica, a qual diz respeito à habilidade: é, portanto, didática (informativo); 2. na formação pragmática, a qual se refere à prudência; 3. na cultura moral, tendo em vista a moralidade (KANT, 2002, p. 18).

Todas as fases são importantes no processo educativo. Tentar reduzir a educação ao conhecimento científico ou à disciplina é reduzi-la a um fim muito individualista. Segundo Kant, a educação aspira a um fim muito maior, que é beneficiar à própria humanidade. O ser humano é um ser histórico, social que está em constante desenvolvimento e nos apropriamos da cultura das gerações anteriores. E nesta tarefa, a educação deve permitir condições para que as novas gerações possam apropriar-se e construir seus conhecimentos

superando os anteriores. Mas, apesar que todos ter consciência, nós temos que sensibilizar para poder viver em sociedade de forma ética, e assim, utilizar a liberdade de forma responsável. E o que dizer da proposta iluminista em nossa sociedade? O projeto de formação humana iluminista que queria alcançar a reflexão crítica, o senso ético baseada num uso público da razão, com autonomia. Mas este ideal de formação humana iluminista não foi levado a cabo ainda, em geral, a educação apenas alcançou a prudência ou o uso privado da razão, uma heteronomia. Por isso, podemos afirmar que estamos diante um processo ainda por concluir.

A proposta educativa Kantiana não conseguiu plasmar-se na Alemanha, lembrando as críticas de Adorno, que afirma ter vivenciado “o retrocesso da humanidade à barbárie, em seu sentido literal, indescritível e verdadeiro” (ADORNO, 1995, p. 116). Que certamente tem a ver com a concepção ética e a política nazista e culminou com a tragédia vivida no genocídio. Mas, consideramos como Habermas (2000, p.5) que a modernidade é “um projeto inacabado”, ao qual precisamos dar continuidade. Richard Rorty (2007) ao tratar os discursos ético-filosóficos que não deram certo na formação humana, propõe que precisamos gerar a empatia porque a racionalidade (metafísica e abstrata) que tivemos até a modernidade, ficou distante das experiências humanas, e mostrou sua incapacidade de motivar a solidariedade e a compaixão. O filósofo americano adverte da importância de sensibilizar a humanidade para gerar empatia e evitar a crueldade.

Este sentimento entre os seres humanos não se provoca através de silogismos ou por sequências dialéticas, mas por uma aproximação com o real. Rorty (2007) apela à literatura e ao arte para desenvolver o senso moral. A arte é capaz de nos tornar mais receptivos e sensíveis na medida em que atinge nossa subjetividade. O filósofo americano propõe educar os sentimentos e a sensibilidades, está tentativa já foi levantada por Schiller (1963) quando manifesta a importância da educação estética: “a beleza deve libertar o homem de dois erros e desvios – da brutalidade física do selvagem e da decadência requintada do bárbaro culto” (SCHILLER, 1963, p. 22). Para a formação ética proposta, observamos que em cada um de nós temos que desenvolver uma uso público da razão e outra privado. O uso privado da razão não nos permitirá atingir a autonomia, só o uso público da razão poderá levarmos a este ideal de convívio. Esta proposta não esteve presente na formação alemã do século XX, dado que os levou a vivenciar o holocausto. E obviamente o

desenvolvimento tecnológico, científico e econômico pode ser desenvolvido através da razão privada, com muito ordem, disciplina e trabalho.

Atualmente, nos países Latino-americanos deslumbrados pelas conquistas científicas e tecnológicas da Europa e Estados Unidos, ainda não valorizamos a formação ética, e confundimos desenvolvimento econômico e científico com desenvolvimento humano. Por isso, acreditamos que a proposta do Ministério de Educação ao implantar escolas cívico-militares, que procuram disciplina para o trabalho, pode ser tão nociva como esa disciplina militar responsável por criar um carrasco nazista como Eichmann. Esta educação está preocupada com formar para obedecer estritamente ordens e regras, sendo altamente disciplinadora. De tal forma que convertirá ao aluno em um se incapaz de refletir sobre seus atos. Essa educação disciplinadora teria a capacidade destrutiva de burocratizar a vida pública. Lembrando que:

A escola cívico-militar é um modelo desenvolvido para promover a melhoria na qualidade da educação básica do país. Para isso, será construído um ambiente de parcerias e de maior vínculo entre gestores, professores, militares, estudantes e até mesmo pais e responsáveis (MEC, 2019).

Uma educação militar poderá atingir um uso privado da razão, se habilmente o jovem se adequa e percebe que pode beneficiar-se se seguir as regras. O que poderá conseguir se se esforça é ter grande habilidade para cumprir ordens e conseguir adaptar-se. A educação militar prima por impor regras e utilizar castigos corretivos para disciplinar. Os castigos geralmente são físicos ou morais, este tipo de educação baseada na força e voltada à disciplina foi elogiada por Wilhelm Friedrich Boger⁶ porque esta severidade formaria um tipo de homem adequado para o regime nazista. Este ideal de formação humana ainda acredita que "a virilidade consiste num grau máximo da capacidade de suportar dor de há muito se converteu em fachada de um masoquismo que — como mostrou a psicologia — se identifica com muita facilidade ao sadismo"(ADORNO, 1995, p. 128).

A educação militar exige uma burocratização da conduta disciplinadora, porque são as autoridades hierárquicas as que estabelecem os critérios a serem seguidos cegamente, caso isto não aconteça, sofreram os castigos e punições que o regimento estabeleça. As regras

⁶ Comissário de polícia alemão e supervisor do campo de concentração conhecido como "O Tigre de Auschwitz", famoso pelos crimes terríveis que havia cometido em Auschwitz sob o comando do chefe da Gestapo do campo.

são cumpridas por temor ao castigo, não por consciência autónoma. Nesta educação, além de não permitir o diálogo e o questionamento para adquirir consciência, os alunos são tratados com muito severidade, e como manifesta Adorno (1995, p.129) "Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar e reprimir". O ideal de uma educação militar é formar um cidadão que cumpre seu dever de forma disciplinada, ele deve acostumar-se a cumprir ordens e na sua execução sua consciência deve estar reprimida, ele faz o que todos são ordenados a fazer. Essa forma de negar seu critério e senso crítico é cosificar-se. De tal maneira que "Todos os motivos habituais de ação, como os desejos, o temor, a inquietude, que constituem a essência da vida do homem, são reprimidos dentro dele"(CANETTI, 1983, p. 347). Antes de cada ação deve existir uma ordem de um superior ou do regimento, a qual deve ser seguida cegamente. A educação militar disciplina de tal forma que:

Pessoas que se enquadram cegamente em coletivos convertem a si próprios em algo como um material, dissolvendo-se como seres autodeterminados. Isto combina com a disposição de tratar outros como sendo uma massa amorfa. Para os que se comportam dessa maneira utilizei o termo "caráter manipulador" em *Authoritarian personality* (A personalidade autoritária), e isto quando ainda não se conhecia o diário de Höss ou as anotações de Eichmann (ADORNO, 1995, p. 129).

Estas pessoas podem ser facilmente manipuláveis, porque são acostumadas a receber ordens, suspendendo o julgamento crítico. Mas, são funcionários fieis e ideais para cumprir comandos de forma eficiente e sem questionar, nisto radica a disciplina militar. E diante desta formação se ele ocupa um cargo ou é promovido dentro da ordem hierárquica, ele passará a dar ordens e exigirá subordinação, fidelidade e cumprimento fiel e cego. O modelo de ordem militar tende a se perenizar. Diante desta forma de educação, cabe lembrar que o fato de educar seres sem consciência nem critério nos deve lembrar que, dos nazistas capturados, "praticamente nenhum demonstrou nem ao menos remorsos" (ADORNO, 1995, p. 131). Lembrando que, formar seres sem consciência crítica, é um perigo para a sociedade. O acontecido em Auschwitz deve servir de alerta para que não se repita, porque "Amanhã pode ser a vez de um outro grupo que não os judeus, por exemplo os idosos, que escaparam por pouco no Terceiro Reich, ou os intelectuais, ou simplesmente alguns grupos divergentes" (ADORNO, 1985, p. 136). Por todo o visto, defendemos uma educação volta

para uma formação humana que pretenda desenvolver reflexões críticas e linhas de pesquisa ligadas com ética, que muitas vezes são deixados de lado. Tal vez porque:

É verdade: elas são incompatíveis com o seu modelo de desenvolvimento, e esse é o melhor argumento a favor das humanidades. Mas não são incompatíveis com um modelo democrático de desenvolvimento, que não supõe tanto a formação de recursos humanos, como a de seres humanos, que podem ser engenheiros ou professores de filosofia, mas que num e noutra caso poderão, graças à base humanística que lhes é comum, contribuir para o desenvolvimento da única maneira digna de homens livres — participando, debatendo, construindo e criticando, isto é, exercendo plenamente sua cidadania (ROUANET, 1987, p. 329).

Mas o imediatismo econômico, o desenvolvimento e o assistencialismo são confundidos com democracia. Uma educação democrática não é unicamente científica e tecnológica para todos, senão também um rigoroso projeto que envolva sensibilidade ética e estética. Para, assim, poder atingir um desenvolvimento moral, que permitirá a tão almejada autonomia, que não tem um fim individual senão social, que pretende beneficiar não só nossa sociedade, senão a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Esclarecimento, mencionado por Kant, propõe que o ser humano deve atingir a maturidade e para esta tarefa contamos com a educação. Se bem a ciência e o progresso foram temas apreciados pelo Iluminismo, sem embargo quando o filósofo de Königsberg trata da educação, da formação humana, ele não está preocupado unicamente com desenvolver uma teoria do conhecimento, estabelecendo os limites da razão, nem só com a ciência da sensibilidade (estética transcendental), senão que ele também se preocupa pela razão prática, a ética. Kant analisa as condições para uma moral com pretensão universalista, mas para isto, o filósofo tem que explicar que a razão pode ter manifestações que conduzem e justificam nossa conduta, como a razão privada e outra manifestação de atos orientados pelo uso público da razão.

Acreditamos que só o uso público da razão nos leva à manifestação plena da liberdade através da autonomia. Mas também acreditamos que os fatores econômicos que pressionaram o desenvolvimento do iluminismo, deixou de lado a proposta educativa com ênfase na ética que observamos em Kant. A educação deve pôr ênfase no uso público da

razão, que implica o imperativo categórico como uma regra universal, que beneficie toda a humanidade. Enquanto, uma ética pragmática é motivada com resultados práticos que beneficiem ao autor, a educação não está preocupada em propor uma ética guiada pelo benefício pessoal senão social. A formação humana é uma árdua tarefa, que precisa de investimento e projetos que envolvam toda a sociedade. Sensibilizar ao ser humano para que adote os interesses da humanidade como seus próprios interesses precisa de uma apelo à sensibilidade humana, que temos desprezado por séculos. Dado que razão e sensibilidade não são dois critérios para nossa educação. A estética e a ciência não caminham juntas em nossa educação formal.

E mais ainda, criamos preconceitos e desvalorizamos a arte na sociedade. Isto pode ser observado nos cursos de arte nas universidades, os recursos que dispõem e "impacto social" atribuído a esses cursos. Só para mencionar alguns dos obstáculos que temos para nos aproximar da arte desde temprana idade, que seria a entrada para a formação ética nas escolas e centros de estudos. A formação humana, foi vista como um desafio desde a antiguidade, só que é esquecida e submergida em uma nebulosa. De tal maneira que, os interesses de formação humana ficam ofuscados pelo crescimento e desenvolvimento econômico de grupos de poder, que procuram resultados imediatos e crescimento econômico para poder investir em determinados projetos educativos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO**, Theodor. Textos Escolhidos. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- _____. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 1995.
- ARENDT**, Hannah. **EICHMANN EM JERUSALÉM**: Um estudo sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ARISTÓTELES**. Ética a Nicômaco. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- CANETTI**, Elias. Massa e poder. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- CASSIRER**, Ernst. A filosofia do iluminismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- LYOTARD**, Jean-François. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- HABERMAS**, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KANT**, Immanuel. **RESPOSTA À PERGUNTA**: O que é o Esclarecimento? Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Casa das Musas. 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2808482&forceview=1>.
- KANT**, Immanuel. Sobre a pedagogia. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.
- MEC**. Escola cívico militar. 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>
Acesso em: 06 março. 2022.
- RORTY**, Richard. Contingência, ironia e solidariedade. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ROUANET**, Sergio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ROUSSEAU**, Jean-Jaques. Emílio ou da Educação. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.
- SANTOS**, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez editores, 2008.
- SCHILLER**, Friedrich. Sobre a Educação Estética da Humanidade. São Paulo: Herder, 1963.